

IFRN - CAMPUS NATAL - CIDADE ALTA

Termo de Referência 8/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
8/2025	152711-IFRN - CAMPUS NATAL - CIDADE ALTA	DALILA NATHALIA BEZERRA MAIA MATTOZO	07/11/2025 16:12 (v 2.12)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		23466.000952.2025-18

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 23466.000952.2025-18)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão de frota de veículos, mediante a implantação e operação de sistema informatizado e integrado via Web para abastecimento, manutenção preventiva e corretiva dos veículos oficiais do IFRN - Campus Natal-Centro Histórico com rede de estabelecimentos conveniados, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	CAT SER	QTD MÊS	QNT 12 MESES	QNT 30 MESES	UND	VALOR UNIT R\$	VALOR ESTIMADO 12 MESES	VALOR ESTIMADO. 30 MESES	DESC. MÍNIMO
1	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN para abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de GASOLINA	25372	3.043,66	36.524	91.310	L	R\$ 6,30	R\$ 230.101,20	R\$ 575.253,00	2,10%
	Administração,									

2	gerenciamento e controle com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN para abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de DIESEL S10	25372	11.630,91	139.571	348.927,50	L	R\$ 6,15	R\$ 858.361,65	R\$ 2.145.904,13	2,10%
3	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN para abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de DIESEL COMUM	25372	4.373,59	52.483	131.207,50	L	R\$ 6,10	R\$ 320.146,30	R\$ 800.365,75	2,10%
VALOR TOTAL DO GRUPO 01								R\$ 1.408.609,15	R\$ 3.521.522,88	-
ITEM	DESCRIÇÃO	CAT SER	QTD MÊS	QNT 12 MESES	QNT 30 MESES	UND	VALOR UNIT R\$	VALOR ESTIMADO 12 MESES	VALOR ESTIMADO. 30 MESES	DESC. MÍNIMO
4	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão no fornecimento de PEÇAS para manutenção preventiva e corretiva de toda frota de veículos do IFRN	25518	1	12	30	UND	R\$ 1,00	R\$ 1.041.793,45	R\$ 2.604.483,62	12,61%
5	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão no fornecimento de SERVIÇOS para manutenção preventiva e corretiva de toda frota de veículos do IFRN	25518	1	12	30	UND	R\$ 1,00	R\$ 539.598,52	R\$ 1.348.996,31	12,61%
VALOR TOTAL GRUPO 02								R\$ 1.581.391,97	R\$ 3.953.479,93	-
VALOR TOTAL ESTIMADO								R\$ 2.990.001,12	R\$ 7.475.002,81	

1.1.1. A licitação terá 02 (dois) grupos: **Grupo 1 – Gerenciamento de Abastecimento de Combustíveis (itens 1 a 3):** Gasolina, Diesel Comum e Diesel S-10, operados por plataforma/sistema de abastecimento e rede de postos credenciados e **Grupo 2 – Administração/Gerenciamento de Manutenção (itens 4 e 5):** Serviços de manutenção preventiva/corretiva e peças, executados por plataforma/sistema de manutenção e rede de oficinas credenciadas, conforme justificativa do parcelamento no item 9. do Estudo Técnico Preliminar.

1.1.2 Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

ÓRGÃO GERENCIADOR: IFRN Campus Natal Centro Histórico										
ITEM	DESCRIÇÃO	CAT SER	QTD MÊS	QNT 12 MESES	QNT 30 MESES	UND	VALOR UNIT. R\$	VALOR ESTIMADO 12 MESES	VALOR ESTIMADO 30 MESES	DESC. MÍNIMO
1	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN Campus Natal Centro Histórico para abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de GASOLINA	25372	375,00	4.500	11.250	L	R\$ 6,30	R\$ 28.350,00	R\$ 70.875,00	2,10%
2	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN Campus Natal Centro Histórico para abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de DIESEL S10	25372	666,67	8.000	20.000	L	R\$ 6,15	R\$ 49.200,00	R\$ 123.000,00	2,10%
3	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN Campus Natal Centro Histórico para abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de DIESEL COMUM	25372	83,33	1.000	2.500	L	R\$ 6,10	R\$ 6.100,00	R\$ 15.250,00	2,10%
	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão no fornecimento de									

4	PEÇAS para manutenção preventiva e corretiva de toda frota de veículos do IFRN Campus Natal Centro Histórico	25518	1	12	30	UND	R\$ 1,00	R\$ 70.000,00	R\$ 175.000,00	12,61%
5	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão no fornecimento de SERVIÇOS para manutenção preventiva e corretiva de toda frota de veículos do IFRN Campus Natal Centro Histórico	25518	1	12	30	UND	R\$ 1,00	R\$ 40.000,00	R\$ 100.000,00	12,61%
VALOR TOTAL ESTIMADO								R\$ 193.650,00	R\$ 484.125,00	-

ORGÃO PARTICIPANTE: IFRN Campus São Gonçalo do Amarante										
ITEM	DESCRIÇÃO	CAT SER	QTD MÊS	QNT 12 MESES	QNT 30 MESES	UND	UNT R\$	VALOR EST. 12 MESES	VALOR EST. 30 MESES	DESC. MÍNIMO
1	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN Campus São Gonçalo do Amarante para abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de GASOLINA	25372	58,33	700	1.750	L	R\$ 6,30	R\$ 4.410,00	R\$ 11.025,00	2,10%
2	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN Campus São Gonçalo do Amarante para abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de DIESEL S10	25372	291,67	3.500	8.750	L	R\$ 6,15	R\$ 21.525,00	R\$ 53.812,50	2,10%
3	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN Campus São Gonçalo do Amarante	25372	191,67	2.300	5.750	L	R\$ 6,10	R\$ 14.030,00	R\$ 35.075,00	2,10%

	para abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de DIESEL COMUM									
4	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão no fornecimento de PEÇAS para manutenção preventiva e corretiva de toda frota de veículos do IFRN Campus São Gonçalo do Amarante	25518	1	12	30	UND	R\$ 1,00	R\$ 25.000,00	R\$ 62.500,00	12,61%
5	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão no fornecimento de SERVIÇOS para manutenção preventiva e corretiva de toda frota de veículos do IFRN Campus São Gonçalo do Amarante	25518	1	12	30	UND	R\$ 1,00	R\$ 17.000,00	R\$ 42.500,00	12,61%
VALOR TOTAL ESTIMADO								R\$ 81.965,00	R\$ 204.912,50	-

ORGÃO PARTICIPANTE: IFRN Campus Parnamirim										
ITEM	DESCRIÇÃO	CAT SER	QTD MÊS	QNT 12 MESES	QNT 30 MESES	UND	UNT R\$	VALOR EST. 12 MESES	VALOR EST. 30 MESES	DESC. MÍNIMO
1	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN Campus Parnamirim para abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de GASOLINA	25372	700	8.400	21.000	L	R\$ 6,30	R\$ 52.920,00	R\$ 132.300,00	2,10%
2	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN Campus Parnamirim para abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de DIESEL S10	25372	420	5.040	12.600	L	R\$ 6,15	R\$ 30.996,00	R\$ 77.490,00	2,10%
	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN Campus								R\$	

3	Parnamirim para abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de DIESEL COMUM	25372	1.166,67	14.000	35.000	L	R\$ 6,10	R\$ 85.400,00	213.500,00	2,10%
4	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão no fornecimento de PEÇAS para manutenção preventiva e corretiva de toda frota de veículos do IFRN Campus Parnamirim	25518	1	12	30	UND	R\$ 1,00	R\$126.000,00	R\$ 315.000,00	12,61%
5	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão no fornecimento de SERVIÇOS para manutenção preventiva e corretiva de toda frota de veículos do IFRN Campus Parnamirim	25518	1	12	30	UND	R\$ 1,00	R\$ 11.111,00	R\$ 27.777,50	12,61%
VALOR TOTAL ESTIMADO								R\$ 306.427,00	R\$ 766.067,50	-

ORGÃO PARTICIPANTE: IFRN Campus São Paulo do Potengi										
ITEM	DESCRIÇÃO	CAT SER	QTD MÊS	QNT 12 MESES	QNT 30 MESES	UND	UNT R\$	VALOR EST. 12 MESES	VALOR EST. 30 MESES	DESC. MÍNIMO
1	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN Campus São Paulo do Potengi para abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de GASOLINA	25372	20,83	250	625	L	R\$ 6,30	R\$ 1.575,00	R\$ 3.937,50	2,10%
2	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN Campus São Paulo do Potengi para abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de DIESEL S10	25372	750	9000	22500	L	R\$ 6,15	R\$ 55.350,00	R\$ 138.375,00	2,10%
	Administração, gerenciamento e									

3	controle com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN Campus São Paulo do Potengi para abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de DIESEL COMUM	25372	333,33	4000	10000	L	R\$ 6,10	R\$ 24.400,00	R\$ 61.000,00	2,10%
4	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão no fornecimento de PEÇAS para manutenção preventiva e corretiva de toda frota de veículos do IFRN Campus São Paulo do Potengi	25518	1	12	30	UND	R\$ 1,00	R\$ 85.000,00	R\$ 212.500,00	12,61%
5	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão no fornecimento de SERVIÇOS para manutenção preventiva e corretiva de toda frota de veículos do IFRN Campus São Paulo do Potengi	25518	1	12	30	UND	R\$ 1,00	R\$ 20.000,00	R\$ 50.000,00	12,61%
VALOR TOTAL ESTIMADO								R\$ 186.325,00	R\$ 465.812,50	

ORGÃO PARTICIPANTE: IFRN Campus Ipanguaçu										
ITEM	DESCRIÇÃO	CAT SER	QTD MÊS	QNT 12 MESES	QNT 30 MESES	UND	UNT R\$	VALOR EST. 12 MESES	VALOR EST. 30 MESES	DESC. MÍNIMO
1	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN Campus Ipanguaçu para abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de GASOLINA	25372	375	4500	11250	L	R\$ 6,30	R\$ 28.350,00	R\$70.875,00	2,10%
2	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN Campus Ipanguaçu para abastecimento – via cartão magnético, ou	25372	1240	14880	37200	L	R\$ 6,15	R\$ 91.512,00	R\$ 228.780,00	2,10%

	tecnologia semelhante, de DIESEL S10									
3	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN Campus Ipanguaçu para abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de DIESEL COMUM	25372	150	1800	4500	L	R\$ 6,10	R\$ 10.980,00	R\$ 27.450,00	2,10%
4	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão no fornecimento de PEÇAS para manutenção preventiva e corretiva de toda frota de veículos do IFRN Campus Ipanguaçu	25518	1	12	30	UND	R\$ 1,00	R\$ 87.500,00	R\$ 218.750,00	12,61%
5	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão no fornecimento de SERVIÇOS para manutenção preventiva e corretiva de toda frota de veículos do IFRN Campus Ipanguaçu	25518	1	12	30	UND	R\$ 1,00	R\$ 46.875,00	R\$ 117.187,50	12,61%
VALOR TOTAL ESTIMADO								R\$ 265.217,00	R\$ 663.042,50	

ORGÃO PARTICIPANTE: IFRN Campus Pau dos Ferros										
ITEM	DESCRIÇÃO	CAT SER	QTD MÊS	QNT 12 MESES	QNT 30 MESES	UND	UNT R\$	VALOR EST. 12 MESES	VALOR EST. 30 MESES	DESC. MÍNIMO
1	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN Campus Pau dos Ferros para abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de GASOLINA	25372	41,67	500	1250	L	R\$ 6,30	R\$ 3.150,00	R\$ 7.875,00	2,10%
2	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN Campus Pau dos Ferros para abastecimento – via cartão magnético, ou	25372	1250	15000	37500	L	R\$ 6,15	R\$ 92.250,00	R\$ 230.625,00	2,10%

	tecnologia semelhante, de DIESEL S10									
3	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN Campus Pau dos Ferros para abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de DIESEL COMUM	25372	500	6000	15000	L	R\$ 6,10	R\$ 36.600,00	R\$ 91.500,00	2,10%
4	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão no fornecimento de PEÇAS para manutenção preventiva e corretiva de toda frota de veículos do IFRN Campus Pau dos Ferros	25518	1	12	30	UND	R\$ 1,00	R\$ 95.000,00	R\$ 237.500,00	12,61%
5	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão no fornecimento de SERVIÇOS para manutenção preventiva e corretiva de toda frota de veículos do IFRN Campus Pau dos Ferros	25518	1	12	30	UND	R\$ 1,00	R\$ 55.000,00	R\$ 137.500,00	12,61%
VALOR TOTAL ESTIMADO								R\$ 282.000,00	R\$ 705.000,00	

ORGÃO PARTICIPANTE: IFRN Campus Ceará Mirim										
ITEM	DESCRIÇÃO	CAT SER	QTD MÊS	QNT 12 MESES	QNT 30 MESES	UND	UNT R\$	VALOR EST. 12 MESES	VALOR EST. 30 MESES	DESC. MÍNIMO
1	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN Campus Ceará Mirim para abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de GASOLINA	25372	250	3000	7500	L	R\$ 6,30	R\$ 18.900,00	R\$ 47.250,00	2,10%
	Administração,									

2	gerenciamento e controle com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN Campus Ceará Mirim para abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de DIESEL S10	25372	833,33	10000	25000	L	R\$ 6,15	R\$ 61.500,00	R\$ 153.750,00	2,10%
3	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN Campus Ceará Mirim para abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de DIESEL COMUM	25372	166,67	2000	5000	L	R\$ 6,10	R\$ 12.200,00	R\$ 30.500,00	2,10%
4	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão no fornecimento de PEÇAS para manutenção preventiva e corretiva de toda frota de veículos do IFRN Campus Ceará Mirim	25518	1	12	30	UND	R\$ 1,00	R\$ 70.000,00	R\$ 175.000,00	12,61%
5	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão no fornecimento de SERVIÇOS para manutenção preventiva e corretiva de toda frota de veículos do IFRN Campus Ceará Mirim	25518	1	12	30	UND	R\$ 1,00	R\$ 40.000,00	R\$ 100.000,00	12,61%
VALOR TOTAL ESTIMADO								R\$ 202.600,00	R\$ 506.500,00	

ORGÃO PARTICIPANTE: IFRN Campus Canguaretama										
ITEM	DESCRIÇÃO	CAT SER	QTD MÊS	QNT 12 MESES	QNT 30 MESES	UND	UNT R\$	VALOR EST. 12 MESES	VALOR EST. 30 MESES	DESC. MÍNIMO
	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão de toda frota de veículos do									

1	IFRN Campus Canguaretama para abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de GASOLINA	25372	27,33	328	820	L	R\$ 6,30	R\$ 2.066,40	R\$ 5.166,00	2,10%
2	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN Campus Canguaretama para abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de DIESEL S10	25372	742,67	8912	22280	L	R\$ 6,15	R\$ 54.808,80	R\$ 137.022,00	2,10%
3	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN Campus Canguaretama para abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de DIESEL COMUM	25372	70,17	842	2105	L	R\$ 6,10	R\$ 5.136,20	R\$ 12.840,50	2,10%
4	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão no fornecimento de PEÇAS para manutenção preventiva e corretiva de toda frota de veículos do IFRN Campus Canguaretama	25518	1	12	30	UND	R\$ 1,00	R\$ 50.160,00	R\$ 125.399,99	12,61%
5	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão no fornecimento de SERVIÇOS para manutenção preventiva e corretiva de toda frota de veículos do IFRN Campus Canguaretama	25518	1	12	30	UND	R\$ 1,00	R\$ 23.356,87	R\$ 58.392,18	12,61%
VALOR TOTAL ESTIMADO								R\$ 135.528,27	R\$ 338.820,68	

ORGÃO PARTICIPANTE: IFRN Campus Apodi										
ITEM	DESCRIÇÃO	CAT SER	QTD MÊS	QNT 12 MESES	QNT 30 MESES	UND	UNT R\$	VALOR EST. 12 MESES	VALOR EST. 30 MESES	DESC. MÍNIMO
1	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN Campus Apodi para abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de GASOLINA	25372	166,67	2000	5000	L	R\$ 6,30	R\$ 12.600,00	R\$31.500,00	2,10%

2	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN Campus Apodi para abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de DIESEL S10	25372	583,33	7000	17500	L	R\$ 6,15	R\$ 43.050,00	R\$ 107.625,00	2,10%
3	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN Campus Apodi para abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de DIESEL COMUM	25372	416,67	5000	12500	L	R\$ 6,10	R\$ 30.500,00	R\$ 76.250,00	2,10%
4	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão no fornecimento de PEÇAS para manutenção preventiva e corretiva de toda frota de veículos do IFRN Campus Apodi	25518	1	12	30	UND	R\$ 1,00	R\$75.000,00	R\$ 187.500,00	12,61%
5	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão no fornecimento de SERVIÇOS para manutenção preventiva e corretiva de toda frota de veículos do IFRN Campus Apodi	25518	1	12	30	UND	R\$ 1,00	R\$ 95.000,00	R\$ 237.500,00	12,61%
VALOR TOTAL ESTIMADO								R\$ 256.150,00	R\$ 640.375,00	

ORGÃO PARTICIPANTE: IFRN Campus Mossoró										
ITEM	DESCRIÇÃO	CAT SER	QTD MÊS	QNT 12 MESES	QNT 30 MESES	UND	UNT R\$	VALOR EST. 12 MESES	VALOR EST. 30 MESES	DESC. MÍNIMO
	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão de toda									

1	frota de veículos do IFRN Campus Mossoró para abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de GASOLINA	25372	416,67	5000	12500	L	R\$ 6,30	R\$ 31500,00	R\$ 78.750,00	2,10%
2	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN Campus Mossoró para abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de DIESEL S10	25372	958,33	11500	28750	L	R\$ 6,15	R\$ 70.725,00	R\$ 176.812,50	2,10%
3	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN Campus Mossoró para abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de DIESEL COMUM	25372	125	1500	3750	L	R\$ 6,10	R\$ 9.150,00	R\$ 22.875,00	2,10%
4	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão no fornecimento de PEÇAS para manutenção preventiva e corretiva de toda frota de veículos do IFRN Campus Mossoró	25518	1	12	30	UND	R\$ 1,00	R\$ 65.000,00	R\$ 162.500,00	12,61%
5	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão no fornecimento de SERVIÇOS para manutenção preventiva e corretiva de toda frota de veículos do IFRN Campus Mossoró	25518	1	12	30	UND	R\$ 1,00	R\$ 35.000,00	R\$ 87.500,00	12,61%
VALOR TOTAL ESTIMADO								R\$ 211.375,00	R\$ 528.437,50	

ORGÃO PARTICIPANTE: IFRN Campus João Câmara										
ITEM	DESCRIÇÃO	CAT SER	QTD MÊS	QNT 12 MESES	QNT 30 MESES	UND	UNT R\$	VALOR EST. 12 MESES	VALOR EST. 30 MESES	DESC. MÍNIMO
	Administração, gerenciamento e controle									

1	com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN Campus João Câmara para abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de GASOLINA	25372	333,33	4000	10000	L	R\$ 6,30	R\$ 25.200,00	R\$ 63.000,00	2,10%
2	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN Campus João Câmara para abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de DIESEL S10	25372	291,67	3500	8750	L	R\$ 6,15	R\$ 21.525,00	R\$ 53.812,50	2,10%
3	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN Campus João Câmara para abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de DIESEL COMUM	25372	800	9600	24000	L	R\$ 6,10	R\$ 58.560,00	R\$ 146.400,00	2,10%
4	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão no fornecimento de PEÇAS para manutenção preventiva e corretiva de toda frota de veículos do IFRN Campus João Câmara	25518	1	12	30	UND	R\$ 1,00	R\$ 20.000,00	R\$ 50.000,00	12,61%
5	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão no fornecimento de SERVIÇOS para manutenção preventiva e corretiva de toda frota de veículos do IFRN Campus João Câmara	25518	1	12	30	UND	R\$ 1,00	R\$ 40.000,00	R\$ 100.000,00	12,61%
VALOR TOTAL ESTIMADO								R\$ 165.285,00	R\$ 413.212,50	

ORGÃO PARTICIPANTE: IFRN Campus Caicó										

ITEM	DESCRIÇÃO	CAT SER	QTD MÊS	QNT 12 MESES	QNT 30 MESES	UND	UNT R\$	VALOR EST. 12 MESES	VALOR EST. 30 MESES	DESC. MÍNIMO
1	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN Campus Caicó para abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de GASOLINA	25372	77,83	934	2335	L	R\$ 6,30	R\$ 5.884,20	R\$14.710,50	2,10%
2	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN Campus Caicó para abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de DIESEL S10	25372	1078,25	12939	32347,50	L	R\$ 6,15	R\$ 79.574,85	R\$ 198.937,13	2,10%
3	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN Campus Caicó para abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de DIESEL COMUM	25372	162,08	1945	4862,50	L	R\$ 6,10	R\$ 11.864,50	R\$ 29.661,25	2,10%
4	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão no fornecimento de PEÇAS para manutenção preventiva e corretiva de toda frota de veículos do IFRN Campus Caicó	25518	1	12	30	UND	R\$ 1,00	R\$ 73.369,45	R\$ 183.423,63	12,61%
5	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão no fornecimento de SERVIÇOS para manutenção preventiva e corretiva de toda frota de veículos do IFRN Campus Caicó	25518	1	12	30	UND	R\$ 1,00	R\$12.947,65	R\$ 32.369,13	12,61%

VALOR TOTAL ESTIMADO	R\$ 183.640,65	R\$ 459.101,64	
----------------------	----------------	----------------	--

ORGÃO PARTICIPANTE: IFRN Campus Natal Central										
ITEM	DESCRIÇÃO	CAT SER	QTD MÊS	QNT 12 MESES	QNT 30 MESES	UND	UNT R\$	VALOR EST. 12 MESES	VALOR EST. 30 MESES	DESC. MÍNIMO
1	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN Campus Natal Central para abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de GASOLINA	25372	201	2412	6030	L	R\$ 6,30	R\$ 15.195,60	R\$ 37.989,00	2,10%
2	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN Campus Natal Central para abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de DIESEL S10	25372	2525	30300	75750	L	R\$ 6,15	R\$186.345,00	R\$ 465.862,50	2,10%
3	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão de toda frota de veículos do IFRN Campus Natal Central para abastecimento – via cartão magnético, ou tecnologia semelhante, de DIESEL COMUM	25372	208	2496	6240	L	R\$ 6,10	R\$ 15.225,60	R\$ 38.064,00	2,10%
4	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão no fornecimento de PEÇAS para manutenção preventiva e corretiva de toda frota de veículos do IFRN Campus Natal Central	25518	1	12	30	UND	R\$ 1,00	R\$ 199.764,00	R\$ 499.410,00	12,61%

5	Administração, gerenciamento e controle com auto-gestão no fornecimento de SERVIÇOS para manutenção preventiva e corretiva de toda frota de veículos do IFRN Campus Natal Central	25518	1	12	30	UND	R\$ 1,00	R\$ 103.308,00	R\$ 258.270,00	12,61%
VALOR TOTAL ESTIMADO								R\$ 519.838,20	R\$ 1.299.595,00	

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a necessidade contínua da operacionalização do serviço de transporte do IFRN - Campus Natal Centro Histórico, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses, limitado a 5 anos contados do(a) da assinatura do Contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: [: 10877412000168-0-000020/2025];

II) Data de publicação no PNCP: [: 13/12/2024];

III) Id do item no PCA: [24 e 55];

IV) Classe/Grupo: [859 - OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE e 871 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO DE PRODUTOS FABRICADOS DE METAL, MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS];

V) Identificador da Futura Contratação: [152711-36/2025 e 152711-46/2025];

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. As boas práticas sustentáveis descritas no Estudo Técnico Preliminar desta contratação; e

4.1.2. Conforme o Plano de Logística Sustentável 2024 a 2026 do IFRN.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.4. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 11:00 horas às 14:00 às 15:00 horas.

4.5. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.6. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria .

4.6.1. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.6.2. O pedido de vistoria deverá ser realizado com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data pretendida.

4.6.3. A vistoria poderá agendada pelos e-mails diad.ch@ifrn.edu.br e cosgem.ch@ifrn.edu.br.

4.6.4. A vistoria poderá ser comprovada por meio de atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, caso exigida no Termo de Referência ou declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento.

4.7. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.8. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: *a partir* da assinatura do contrato;

5.2. Na implantação dos sistemas e procedimentos necessários ao atendimento deste objeto, a Licitante CONTRATADA deverá providenciar o(a):

5.2.1. Cadastramento inicial dos veículos e usuários;

5.2.2. Estudo da logística da rede de atendimento para ratificação do IFRN - Campus Natal Centro Histórico e demais órgãos participantes, incluindo as possibilidades e exigências da ETP quanto ao atendimento de cobertura nacional (Grupo 1) e municípios/raio 150 km (Grupo 2);

5.2.3. Apresentação e implantação da estrutura do Sistema de Gestão;

5.2.4. Disponibilização dos cartões e/ou credenciais eletrônicas equivalentes (cartão virtual, app, token/NFC/QR Code) dos veículos do IFRN - Campus Natal Centro Histórico e demais órgãos participantes;

5.2.4.1. Requisitos do Sistema: (i) neutralidade (sem tecnologia única a ser exigida); (ii) autenticação individual; (iii) registro imediato; (iv) trilha de auditoria; (v) contingência (voucher/QR/POS reserva/pré-autorização); (vi) exportação de dados (CSV/JSON/XLSX) e, quando disponível, API .

5.2.5. Implantação dos sistemas tecnológicos e respectivos acessos;

5.2.6. Treinamento dos usuários Gestores/fiscalizadores no IFRN - Campus Natal Centro Histórico e demais órgãos participantes podendo ser efetuado por meio eletrônico.

5.2.7. Prazos de implantação/expansão. A Contratada deverá implantar o sistema (parametrização, perfis e acessos, treinamento inicial e rede mínima ativa em cada campus) em até 15 (quinze) dias corridos da assinatura. Demandas formais de expansão de rede deverão ser atendidas em até 30 (trinta) dias.

5.3. Durante a execução do objeto, a Licitante CONTRATADA deverá:

5.3.1. Ministrar treinamento aos usuários diretos dos recursos do Sistema de Gestão e correlatos, bem como os condutores dos veículos, orientando-os sobre a correta utilização dos serviços, todos podendo ser por meio eletrônico;

5.3.2. Apontar ao Gestor/fiscal do contrato a ocorrência de desvios ou operações suspeitas;

5.3.3. Sempre que solicitado pelo IFRN - Campus Natal Centro Histórico e demais órgãos participantes, ampliar a rede de postos ou oficinas credenciadas dentro das localidades já atendidas ou incluindo outras localidades, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do referido pedido;

5.3.4. Deverá reembolsar pontualmente a rede credenciada de estabelecimentos, pelo objeto consumido pelo IFRN - Campus Natal Centro Histórico e demais órgãos participantes, uma vez que é de sua exclusiva responsabilidade responder por esse pagamento;

5.4. Demais atividades relacionadas a execução do objeto constam no Estudo Técnico Preliminar.

Local e horário da prestação dos serviços

5.5. A futura contratada deverá prestar serviços de administração e gerenciamento de serviços de manutenção e de abastecimento necessários ao correto funcionamento dos veículos de forma CONTINUADA, por intermédio de rede credenciada, com utilização de sistema informatizado, que possa atender todas as marcas e modelos de veículos pertencentes à frota do IFRN Campus Natal Centro Histórico e demais órgãos participantes.

5.6. Deverá ser garantido, durante toda a vigência do contrato, que a rede credenciada apta a realizar os serviços de abastecimento e de manutenções preventivas e corretivas e que o fornecimento de peças, equipamento e acessórios possua estabelecimentos/lojas/oficinas preferencialmente no município sede (NATAL/RN) do órgão, ou em um raio máximo de 150 (cento e cinquenta) quilômetros, a considerar a localização do Campus Natal Centro Histórico e demais órgãos participantes.

5.7. As credenciais de uso (cartões físicos e/ou credenciais eletrônicas equivalentes) deverão ser entregues nos endereços indicados, conforme quantitativos/lotação de frota informados pela Administração. no:

IFRN, Campus Natal-Centro Histórico: Rua das Donzelas, nº 135, Rocas - Natal-RN, CEP: 59012-190
IFRN, Campus Apodi: Rodovia RN 233, Km 02, nº 1000, Chapada do Apodi - Apodi-RN, CEP: 59700- 000
IFRN, Campus Caicó: RN 288, s/n. Bairro Nova Caicó, Caicó-RN. CEP: 59300-000;
IFRN, Campus Ceará-Mirim: BR 406, Km 145, Planalto - Ceará-Mirim-RN, CEP: 59570-000
IFRN, Campus João Câmara: BR 406, Km 73, nº 3500, Perímetro Rural - João Câmara-RN, CEP: 59550-000
IFRN, Campus Pau dos Ferros: BR 405, Km 154, s/n, Bairro Chico Cajá - Pau dos Ferros-RN, CEP: 59900-000
IFRN, Campus Parnamirim: Rua Antônia de Lima Paiva, nº 155, Nova Esperança Parnamirim-RN, CEP: 59143-455
IFRN, Campus São Paulo do Potengi: RN 120, Km 2, Novo Juremal - São Paulo do PotengiRN, CEP: 59460-000
IFRN, Campus Natal-Central: Avenida Senador Salgado Filho, nº 1559, Tirol - Natal-RN, CEP: 59015- 000
IFRN, Campus Canguaretama: BR 101, Km 160, s/n, Areia Branca - Canguaretama-RN, CEP: 59190- 000
IFRN, Campus Ipanguaçu: RN 118, S/N, Povoado Base Física, Zona Rural, Ipanguaçu-RN, CEP: 59508-000

5.8. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

5.8.1 Nos horários comerciais e quando possível em serviços 24h.

Rotinas a serem cumpridas

5.9. A execução contratual observará as rotinas *abaixo*:

5.9.1. A Contratada deverá credenciar um preposto, que poderá ser estabelecido na localidade sede da Contratante ou com exercício via atendimento remoto, que atuará ininterruptamente durante toda a vigência do contrato, para prestar esclarecimentos, acompanhar, atender às reclamações e demandas que porventura surgirem durante a execução do contrato, fornecendo telefones fixos, celulares, endereços eletrônicos, bem como qualquer outro meio de comunicação que possibilite permanente e irrestrito contato Contratante-Contratada, inclusive fora dos dias e horários normais de atendimento, finais de semana e feriados. Caso seja necessária a presença física do preposto para a resolução de alguma demanda do Contrato, a Contratante poderá fazer esta solicitação junto à Contratada;

5.9.2. Cabe a Contratada realizar diligências, em caso de necessidade, após notificação da Contratante, sobre ações imperfeitas de oficinas credenciadas, bem como atuar nos esclarecimentos necessários e pertinentes que forem solicitados;

5.9.3. Deve ser realizado o credenciamento de novos estabelecimentos sempre que houver interesse da Contratante, sendo a Contratada responsável por toda a avaliação dos critérios de aceitação (legislações, políticas de sustentabilidades, estrutura física, etc.).

Materiais a serem disponibilizados

5.10. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas em ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, promovendo sua substituição quando necessário.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.11. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.11.1. Na proposta de preço deverão estar inclusos todos os custos necessários ao pagamento de despesas com salários, encargos sociais, fiscais e comerciais, impostos, taxas, seguros e demais encargos relativos aos serviços e deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos;

5.11.1.1 Os descontos ofertados para os itens servirão para identificar a proposta vencedora e para aferir o percentual que incidirá sobre as despesas dos itens durante a execução do contrato. Os percentuais de desconto informados na proposta serão inalteráveis durante toda a vigência contratual incluído possíveis prorrogações ou repactuações, salvo aumento de desconto mais favorável para Administração Pública.

5.11.1.2 Para a celebração do contrato será considerado o valor integral dos itens, sem a incidência do desconto percentual, que será consignado no instrumento contratual para subsidiar a equipe de execução durante a etapa de pagamento, conforme exposto no subitem acima.

5.11.1.3. A empresa vencedora será aquela que apresentar o maior desconto por grupo, Grupo 01 resultante do somatório dos valores totais dos serviços de gerenciamento e controle de aquisição de combustíveis e Grupo 02 com os valores totais do serviço de gerenciamento e controle de aquisição de manutenção preventiva e corretiva, após incidência dos descontos para os respectivos itens.

5.11.1.5. Durante todo o período contratual, o percentual de desconto cotado na proposta da licitante vencedora incidirá sobre os valores correspondentes aos créditos utilizados na contratação.

5.11.1.6. NÃO deverão ser alterados na proposta os valores estimados de consumo de abastecimento e manutenção para o período de 30 (trinta) meses, pois estes valores compõem o valor do contrato para montante disponível para abastecimento e manutenção dos veículos da frota durante sua vigência.

5.11.1.7. A única variável para apresentação da proposta é o percentual de DESCONTO aplicado sobre o valor estimado para a contratação de 30 (trinta) meses para cada item que não poderá ser menor que o percentual **MÍNIMO** de desconto estimado neste Termo de Referência.

5.11.1.8. A CONTRATADA não poderá cobrar taxa de administração pela gestão da frota, e sim **APLICAR** na fatura, de consumo, o desconto (em porcentagem) ofertado na sua proposta formalizada.

5.12. A frota atual do Campus Natal - Centro Histórico e demais órgãos participantes dispõe dos seguintes veículos:

CAMPUS	Fabricante	Modelo	Combustível	ANO
NATAL CENTRO HISTÓRICO	VOLKSWAGEN	PARATI 1.6	GASOLINA	2010 /2011
	FORD	FIESTA SEDAN 1.6	GASOLINA	2010 /2011
	FORD	RANGER XL 13P	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2010 /2011
	FORD	RANGER XL 13P	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2008 /2008
	MARCOPOLO	MICROÔNIBUS VOLARE W8	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2010 /2011
	M. BENZ	ÔNIBUS COMIL CAMPIONE LD	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2012 /2013
	VW	CAMINHÃO BAÚ 14.210	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10	1988 /1988

			COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	
APODI	Chevrolet	SPIN LTZ (AT) (Econo. Flex) 1.8	GASOLINA	2012 /2013
	MITSUBISHI	L - 200 TRITON SPORT GLS (C. Dup.) 4X4 AT	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2018 /2019
	MITSUBISHI	MMC / L 200 4X4 GL	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2006 /2006
	MERCEDEZ BENS	OF - 1722 OF - 1722 M 4X2 (URBANO)- ONIBUS	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2005 /2006
	M. BENZ	SPRINTER CDI 515	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2019 /2020
	VW	17.230 17.230 EOD 4X2 (URBANO)- ONIBUS	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2011 /2011
	Ford	FIESTA SEDAN CLASS 1.0 FLEX	GASOLINA	2009 /2010
	Mitshubshi	L200 TRITON GL D	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM /	2017

CAICÓ			DIESEL S10 ADITIVADO	
	Ford	TRANSIT 350L BUS	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2011 /2011
	Mitshubshi	L200 4X4 GLS TRITON	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2012 /2013
	Ford	FORD CARGO 2629 6X4	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2018
	VW	ONIBUS COMIL CAMPIONE R	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2011 /2011
	Chevrolet	CHEVROLET S- 10 4 X 4	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2011 /2011
	TOYOTA	HILUX CD STD	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2014 /2015
		TRANSIT 350L	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL	2012

CANGUARETAMA	FORD	BUS	S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	/2012
	JAC MOTORS	J6 2.0 DIAMOND 7S	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2011 /2012
	MARCOPOLO	MICRO- ÔNIBUS W9	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2012 /2013
	MERCEDEZ BENS	ÔNIBUS O-500	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2014 /2015
	FORD	FOCUS		2002 /2003
	JAC MOTORS	J6 2.0 DIAMOND 7S	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2011 /2012
	Camioneta	GM/S10 COLINA D	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2011
	Ford	TRANSIT 350L BUS	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2012

CEARÁ-MIRIM	automovel	I/JAC J6 2.0 DIAMOND 7S	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2011
	MARCOPOLO /VOLARE W9	MICRO- ÔNIBUS	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2012
IPANGUAÇU	FORD	TRANSIT 350L BUS	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2009 /2010
	VW	VW PARATI 1.6		2010 /2011
	TOYOTA	HILUX CD STD	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2014 /2014
	FIAT	FIAT/STRADA ENDURANCE CS	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2022 /2023
	VOLARE	MICROÔNIBUS	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM /	2010 /2011

			DIESEL S10 ADITIVADO	
	VOLVO	ÔNIBUS COMIL	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2013 /2013
JOÃO CÂMARA	GM	ZAFIRA	GASOLINA	2009 /2010
	FORD	FORD RANGER XL 13P	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2010 /2011
	FORD	TRANSIT 350L BUS	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2011 /2011
	TOYOTA	HILUX CD STD	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2014 /2014
	WOLKSVAGEM	BUS COMIL 17230 EOD	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2011 /2011
	GM	S10 COLINA D	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM /	2011 /2011

MOSSORÓ			DIESEL S10 ADITIVADO	
	GM	S10 COLINA D	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2011 /2011
	FIAT	FIAT/SIENA1.0 EL FIRE FLEX	GASOLINA	2015 /2015
	COMIL	Ônibus Volvo B11 R370	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2012- 2013
	M.BENZ	515 CDI SPRINTERM	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2013 /2013
	MARCOPOLO	MICRO VOLARE W90N	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2011- 2012
	FORD	TRANSIT 350L BUS	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2009 /2009
	FORD	TRANSIT 350L BUS	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2012 /2012
				2010

NATAL CENTRAL	VW	VW PARATI 1.6	GASOLINA	/2011
	FORD	RANGER XL 13P	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2010 /2010
	FORD	RANGER XL 13P	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2008 /2008
	MITSUBISHI	L200 4x4 GLS TRITON	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2013 /2013
	MITSUBISHI	L200 4x4 TRITON SPT GL	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2018 /2019
	GM	ASTRA	GASOLINA	2004 /2005
	FORD	FOCUS	GASOLINA	2002 /2003
	FORD	FOCUS	GASOLINA	2003 /2003
	MYO6192	RENAULT CLIO AUT1616VH	GASOLINA	
	VOLKSWAGEN	VW KOMBI	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	
	CHEVROLET	MERIVA JOY	GASOLINA	
			DIESEL /	

FORD	RANGER XL 13P	DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	
PEUGEOT	PEUGEOT PARTNER ESCAP	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	
M.BENZ	ÔNIBUS NEOBUS	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2008
VOLVO	ÔNIBUS COMIL	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2013 /2013
VOLARE	MICROÔNIBUS	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2011 /2011
VOLARE	MICRO VOLARE W90N	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2012 /2012
VOLARE	MICROÔNIBUS (CLUBE CIÊNCIA)	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2006 /2006

PARNAMIRIM	WOLKSWAGEN	PARATI 1.6	GASOLINA	2010
	Ford	FORD RANGER XL 13P	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2010
	Ford	FORD TRANSIT 350L BUS	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2011
	volvo	VOLVO	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2013
PAU DOS FERROS	Mitshubshi	MITSUBISHI L 200	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2013
	TOYOTA	TOYOTA HILUX	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2014
	TOYOTA	TOYOTA HILUX	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2025 /2025

	CHEVROLET	ASTRA	GASOLINA	2004 / 2005
	Ford	FORD TRANSIT 350L BUS	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2010 /2011
	VW	VW 17.210 MAXIBUS	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2010 /2011
	Ford	Caminhão Cargo 816 S	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2013 / 2013
SÃO GONÇALO DO AMARANTE	FORD	FORD RANGER XL 13P CD	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2010 /2011
	FORD	FORD TRANSIT	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2011 /2011
	FORD	FORD RANGER XL 13P CD	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2010 /2011

	GM	GM ZAFIRA COMFORT	GASOLINA	2009 /2010
	VOLVO	ÔNIBUS COMIL CAMPIONE	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2013 /2013
SÃO PAULO DO POTENGI	Ford	FORD TRANSIT 350L BUS	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2012 /2012
	GM	GM/S10 Colina D 4X4	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2011 /2011
	GM	GM/S10 4x4	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2015 /2016
	VOLKSWAGEM	ÔNIBUS 17230 EOD NEOBUS SPEC	DIESEL / DIESEL ADITIVADO / DIESEL S10 COMUM / DIESEL S10 ADITIVADO	2009 /2010

5.13. Conforme a coluna "DESC. MÉDIO" da tabela DO SUBITEM 1.1 deste Termo de Referência, o percentual mínimo de desconto para prestação de serviços de administração e gerenciamento de abastecimento de combustíveis (itens de 1 a 3) é de 2,10% e o percentual mínimo de desconto para o gerenciamento de manutenção de veículos, serviços e peças, (itens de 4 e 5) é de 12,61%.

5.13.1. Tais requisitos são decorrentes da pesquisa de preços, fundamentada na IN 65/2021 - SEGES que estabeleceu esses percentuais como mínimos para aceitabilidade de proposta.

5.14. O desconto incidirá sobre a fatura de consumo, sobre os valores dos materiais, peças, componentes, manutenções preventivas, corretivas, abastecimentos e outros serviços efetivamente consumidos ou realizados.

5.15. Sobre o valor contratual deverão estar inclusos os custos para emissão da primeira via dos cartões e/ou credenciais eletrônicas equivalentes (ex.: cartão virtual, app, token/NFC/QR Code), que não podem ser cobrados na fatura de consumo da Contratante.

5.16. A proposta que não apresentar desconto igual ou maior que o mínimo estimado será imediatamente desclassificada.

5.17. Os descontos ofertados para os itens servirão para identificar a proposta vencedora e para aferir o percentual que incidirá sobre as despesas com ambos os itens durante a execução do contrato.

5.18. A empresa vencedora será aquela que apresentar o maior desconto por grupo, resultante do somatório dos valores totais dos itens, após incidência dos descontos para os respectivos itens.

5.19. Para a presente contratação, será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, com vistas a assegurar maior economicidade, eficiência e ampliação da competitividade no processo de aquisição.

5.20. Em observância ao disposto no Art. 9º, § 1º do referido Decreto, o procedimento de divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP) será realizado em formato aberto, permitindo a manifestação de interesse por parte de outros órgãos ou entidades da Administração Pública, os quais poderão participar do certame como órgãos participantes.

5.21. Visando à ampla adesão e ao atendimento do interesse público, a Ata de Registro de Preços decorrente do presente certame observará as normas e diretrizes vigentes relativas à adesão por órgãos ou entidades não participantes (carona), conforme disciplinado no Decreto nº 11.462/2023 e demais normativos aplicáveis.

5.22 A contratação será realizada com a quantidade total estimada durante a vigência original da ata, não sendo necessária a prorrogação de vigência da Ata de Registro de Preços.

Especificação da garantia do serviço

5.23. *O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).*

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.19. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

6.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.6. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução ou com exercício via atendimento remoto do objeto durante o período de vigência do contrato.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.16. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.17. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.19. Cabe ao gestor do contrato:

6.19.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.19.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.19.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.19.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.19.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.19.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.60.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o [Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo III.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (*cinco*) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período *mensal*.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (*cinco*) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A7]

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *INPC (Índice Nacional de Preços do Consumidor)* de correção monetária).

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A9]

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.38. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em na data da proposta.

7.39. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC (Índice Nacional de Preços do Consumidor), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.40. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.41. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.42. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.43. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.44. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.45. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.46. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.46.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.46.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público,

conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.46.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.46.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.47. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.1.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1% (um por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (meio por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (meio por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO.

9.2. Para a presente contratação, será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, com vistas a assegurar maior economicidade, eficiência e ampliação da competitividade no processo de aquisição.

9.3. Em observância ao disposto no Art. 9º, § 1º do referido Decreto, o procedimento de divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP) será realizado em formato aberto, permitindo a manifestação de interesse por parte de outros órgãos ou entidades da Administração Pública, os quais poderão participar do certame como órgãos participantes.

9.4. Visando à ampla adesão e ao atendimento do interesse público, a Ata de Registro de Preços decorrente do presente certame observará as normas e diretrizes vigentes relativas à adesão por órgãos ou entidades não participantes (carona), conforme disciplinado no Decreto nº 11.462/2023 e demais normativos aplicáveis.

Regime de Execução

9.5. *O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.*

Critérios de aceitabilidade de preços

9.6. Conforme a coluna "DESC. MÉDIO" da tabela DO SUBITEM 1.1 deste Termo de Referência, o percentual mínimo de desconto para prestação de serviços de administração e gerenciamento de abastecimento de combustíveis (itens de 1 a 3) é de 2,10% e o percentual mínimo de desconto para o gerenciamento de manutenção de veículos, serviços e peças, (itens de 4 e 5) é de 12,61%.

9.7. A proposta que não apresentar desconto igual ou maior que o mínimo estimado será desclassificada.

Exigências de habilitação

9.8. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.9. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.10. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.11. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.12. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.13. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.14. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.15. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.16. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.17. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.18. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.19. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.20. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.21. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

- 9.22. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.23. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.24. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.25. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.26. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.28. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.29. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.30. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas [A15] :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 9.31. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.
- 9.32. *Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;*

9.33. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.34. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.35. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

9.36. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.37. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.37.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.38. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.38.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.38.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 02 (dois) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.38.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.38.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.38.4. O fornecedor disponibilizará [A28] todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.38.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.39. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.40. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.41. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.42. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.43. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.44. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.45. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.46. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.46.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.46.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.46.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.54.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.54.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.54.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.54.6.1. ata de fundação;

9.54.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.54.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.54.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.54.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.54.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.54.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador[A33] .

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 7.475.002,81 (sete milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil e dois reais e oitenta e um centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: [152711];

II) Fonte de recursos: [1000000000];

III) Programa de trabalho: [231796];

IV) Elemento de despesa: [339039]; e [339030]

V) Plano interno: [L20RLP01ADN].

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o ~~prazo de, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato [Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização] OU [constante neste Anexo], sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.~~

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no **Edital OU na Autorização de Contratação Direta e/ou no Aviso de Dispensa Eletrônica**, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

~~2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento. [A1]~~

~~OU~~

~~2.3. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado [A2], atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:~~

~~2.4.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;~~

~~2.4.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução contratual, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;~~

~~2.4.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;~~

~~2.4.4. Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;~~

~~2.4.5. Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação; e~~

~~2.4.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin). [A3]~~

~~2.5. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.~~

~~2.6. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.~~

~~2.7. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.~~

~~2.8. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.~~

ou

2.9. O prazo de vigência da contratação é de(máximo de um ano) contados do(a)
(data da ocorrência da emergência ou da calamidade), improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021 [A4].

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE [A5]

3.1. São obrigações do Contratante:

~~3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;~~

~~3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;~~

~~3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;~~

~~3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;~~

~~3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;~~

~~3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;~~

~~3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;~~

~~3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;~~

~~3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.~~

~~3.1.9.1. A Administração terá o prazo de ~~XXXXXX~~, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A6]~~

~~3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de ~~XXXXXX~~. [A7]~~

~~3.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais. [A8]~~

~~3.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~3.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.~~

~~3.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.~~

3.1.15. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso.

3.1.15.1. "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;

3.1.15.2 comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

3.1.15.3. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

3.1.15.4. carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e

3.1.15.5. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

3.1.16. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas

~~3.1.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;~~

~~3.1.18. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução;~~

~~3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;~~

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A9]

~~4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:~~

~~4.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual;~~

~~4.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;~~

~~4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;~~

~~4.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;~~

~~4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]~~

~~4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;~~

~~4.1.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;~~

~~4.1.8. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;~~

~~4.1.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:~~

~~4.1.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;~~

~~4.1.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;~~

~~4.1.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;~~

~~4.1.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e~~

~~4.1.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; [A11]~~

~~4.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;~~

~~4.11. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;~~

~~4.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;~~

~~4.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;~~

~~4.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual;~~

~~4.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;~~

~~4.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;~~

~~4.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;~~

~~4.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;~~

~~4.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;~~

~~4.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;~~

~~4.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho; [A12]~~

~~4.22. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;~~

~~4.23. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;~~

~~4.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;~~

~~4.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;~~

~~4.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;~~

~~4.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;~~

~~4.28. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s));~~

~~4.28.1. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o Contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado.[A13]~~

~~4.29. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;~~

~~4.30. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.[A14]~~

~~4.30.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.~~

~~4.31. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.~~

~~4.32. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.~~

~~4.33. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.~~

~~4.34. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.~~

~~4.35. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.~~

~~4.36. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.~~

~~4.37. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.~~

~~4.38. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.~~

~~4.39. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.~~

~~4.40. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.[A15]~~

~~4.41. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.~~

~~4.42. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.~~

~~4.43. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.~~

~~4.44. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:~~

~~4.44.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;~~

~~4.44.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;~~

~~4.44.3. florestas plantadas; e~~

~~4.44.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.~~

~~4.1.45. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:~~

~~4.1.45.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;~~

~~4.1.45.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;~~

~~4.1.45.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e~~

~~4.1.45.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.~~

~~4.1.46. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:~~

~~4.1.47. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso:~~

~~4.1.48. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:~~

~~4.1.48.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.~~

~~4.1.48.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.~~

~~4.1.48.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.~~

~~4.1.48.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.~~

~~4.1.49. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.~~

~~4.1.50. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.~~

~~4.1.51. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:~~

~~4.1.51.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.~~

~~4.1.51.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR 10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR 10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.~~

~~4.1.52. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.~~

~~4.1.53.. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.~~

~~4.1.54. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.~~

~~4.1.55. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).~~

4.1.56.. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelos Contratados, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos.

4.1.56.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes no Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.[A16]

~~4.1.57. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após o aceite do instrumento equivalente, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor, o fiscal técnico, o fiscal administrativo, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.~~

5- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD[A17]

~~5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.~~

~~5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.~~

~~5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.~~

~~5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.~~

~~5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.~~

~~5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [A19]~~

~~5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.~~

~~5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [A19]~~

~~5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.~~

~~5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.~~

~~5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.~~

~~5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.~~

~~5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional. [A20]~~

~~6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL~~[A21]

~~6.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.~~

~~6.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.~~

~~6.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:~~

~~6.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e~~

~~6.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual~~

~~OU~~

~~6.4. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.~~

~~6.5. A contratação poderá ser extinta antes do prazo fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que a contratação não mais lhe oferece vantagem.~~

~~6.6. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário da contratação, desde que haja a notificação do Contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.[A22]~~

~~6.7. Caso a notificação da não continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.[A23]~~

~~OU~~

6.8. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes, ~~as~~ ^{A24} contraentes.

~~6.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.~~

~~6.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.~~

~~6.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.~~

~~6.9.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.~~

~~6.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:~~

~~6.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;~~

~~6.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;~~

~~6.10.3. indenizações e multas.~~

~~6.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.~~

~~6.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação **ou na contratação direta**, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.~~

7. DOS CASOS OMISSOS

~~7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 — Código de Defesa do Consumidor — e normas e princípios gerais dos contratos. ^{A25}~~

8. ALTERAÇÕES

~~8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).~~

~~8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. ^{A26}~~

~~8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.~~

~~8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

9. FORO

~~9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.~~

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

~~ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA [A1]~~

~~Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital OU Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação. Local-UF, de de 20.... .~~

~~(Nome e Cargo do Representante Legal)~~

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DALILA NATHALIA BEZERRA MAIA MATTOZO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 07/11/2025 às 16:12:07.

GUILHERME PORFIRIO PENHA

Membro da comissão de contratação

FERNANDO HENRIQUE VIEIRA DE ALMEIDA

Membro da comissão de contratação

Documento Digitalizado Público

TERMO DE REFERÊNCIA Nº08/2025 ATUALIZADO COM GRUPOS

Assunto: TERMO DE REFERÊNCIA Nº08/2025 ATUALIZADO COM GRUPOS
Assinado por: Dalila Mattozo
Tipo do Documento: Termo de Referência
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:
■ **Dalila Nathalia Bezerra Maia Mattozo, ADMINISTRADOR**, em 07/11/2025 16:17:30.

Este documento foi armazenado no SUAP em 07/11/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 2381554
Código de Autenticação: 31a1c7c56f

